



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

**ATA DA TRICENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA
SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO, REALIZADA
NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2016**

1
2
3
4
5
6 Às quatorze horas e vinte minutos do dia sete de dezembro de dois mil e
7 dezesseis, reuniram-se, na sala das sessões dos Órgãos Colegiados
8 Superiores, os membros do Conselho Universitário da Universidade Federal de
9 Mato Grosso, para realização da tricentésima décima quarta sessão ordinária,
10 sob a presidência da Reitora Myrian Thereza de Moura Serra, contando com a
11 presença dos conselheiros: Aclyse de Mattos, Alberto S. de Arruda, Aldonso
12 Pereira da Silva, Amilcar Sabino Damazio, substituindo a Antônio José de
13 Amorim, Analy Castilho Polizel de Souza, Anna Carolyn Costa Marques,
14 Antonia Marília M. Nardes, Ávilo Roberto de Magalhães, Deijanira Alves de
15 Albuquerque, Diego Ethan Nunes Oliveira, Elena da Cunha Brito, Eliane Maria
16 de Miranda, Emílio Carlos de Azevedo, Evandro A. Soares da Silva, Fernando
17 Tadeu de Miranda Borges, Florisvaldo Fernandes Santos, substituindo Lisiane
18 Pereira de Jesus, Frederico Ayres de Oliveira Neto, Frederico Terra de Almeida,
19 Germano Guarim Neto, Gisela Soares Brunken, Guilherme Ribeiro Alves, Joana
20 Darc C. Cardoso, substituindo a Aurea Correa, Joberth Firmino Gombati, João
21 Batista A. dos Santos, João Bosco P. S. Cajueiro, Josiel Maimone Figueiredo,
22 Karla Cristina S. Oliveira, substituindo a Bruno Cesar Souza Moraes, Léia de
23 Souza Oliveira, Luzia M. de Melo, Marcos André de Carvalho, Matheus Santos
24 da Silva, Mauro Lucio Naves Oliveira, Ozerina Victor de Oliveira, Paulo César
25 Corrêa da Costa, Paulo Jorge da Silva, Roberto Carlos Beber, Roberto
26 Boaventura da Silva Sá, Roberto Lopes de Souza, Rosevaldo de Oliveira, Silas
27 Borges Monteiro, Talita J. Gonçalves Lopes, Tânia Regina Kinasz Oliveira,
28 Tereza Christina Mertens A. Veloso, Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa e
29 Zenésio Finger, sendo justificadas as ausências dos conselheiros Antônio José
30 de Amorim, Aurea Christina de Pula Correa, Evando Carlos Moreira e Bruno
31 Cesar Souza Moraes. Iniciando a sessão, a Presidente Myrian Thereza de Moura
32 Serra cumprimentou os presentes, manifestando motivo de orgulho e satisfação
33 em realizar a primeira reunião deste Conselho Universitário, o qual considera um
34 conselho estratégico e importante para a UFMT, principalmente nessa gestão,
35 que tem o compromisso de trazer uma proposta para discussão do regimento
36 geral da universidade e o formato para discussão desse regimento nos conselho,
37 que irá repercutir no Estatuto da UFMT, bem como a apreciação do Plano de
38 Desenvolvimento Institucional (2018 – 2022), que será discutido ao longo de
39 2017 e aprovado até 2018. Prosseguindo, a Presidente colocou em apreciação
40 a pauta, que foi aprovada, por unanimidade, com o pedido da conselheira Léia
41 Oliveira, de inclusão de posicionamento sobre a PEC 55. Em continuidade, a
42 Presidente empossou os discentes Anna Carolyn Costa Marques, Joberth

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

43 Firmino Gambati e Matheus Santos, Resolução CONSUNI nº 17/2016. Seguindo,
44 empossou os servidores Aldonso Pereira da Silva, Eliana Maria Almeida e João
45 Bosco Pereira de Souza Cajueiro, conforme Processo nº 23108.188852/2016-
46 72, com mandato até 30 de março de 2017, Resolução CONSUNI nº 18/2017.
47 Em seguida, colocou em apreciação a ata da tricentésima décima terceira
48 sessão que foi aprovada, sem emendas, sendo registrada pelo conselheiro
49 Diego Ethan, sua ausência na reunião passada, devido a problemas para
50 liberação de passagem. Prosseguindo, em informes, a Presidente Myrian Serra
51 apresentou uma síntese dos 60 dias de sua gestão, período em que esteve nos
52 câmpus de Rondonópolis, Sinop e Barra do Garças para dar posse aos pró-
53 reitores eleitos democraticamente, concretizando o primeiro compromisso de
54 gestão; informou sobre os encaminhamentos para a criação da Universidade de
55 Rondonópolis, cujos recursos já estão previstos na PILOA e fará reunião com o
56 Ministro da Educação, no próximo dia 14 para tratar da criação dessa
57 universidade e do processo de implantação dos cursos de Medicina de
58 Rondonópolis e Sinop, visando a abertura de concurso para professores e
59 técnicos, cujas vagas estão pendentes, visto que até o momento o MOPG liberou
60 30% das vagas previstas para esses cursos, já aprovadas pelo Congresso
61 Nacional. Em continuidade, a Presidente informou sobre a realização de
62 reuniões com o Diretório Central dos Estudantes, SINTUF e ADUFMAT para
63 ouvir as demandas, sendo a PEC 55 a preocupação das entidades e também da
64 administração, de forma que foi realizado um debate no último dia 24/11, sobre
65 a proposta de emenda constitucional (PEC) 241, que contou com a participação
66 da comunidade docente, de servidores técnicos e discentes, tendo como
67 palestrante o professor da Universidade Federal de Goiás, Nelson Cardoso
68 Amaral, estudioso de financiamento público para a educação, que apresentou
69 dados da PEC com relação aos investimentos para a educação. Seguindo, a
70 Presidente noticiou a reabertura das obras do HUJM, bem como, a realização de
71 uma audiência pública, no dia 18/11, realizada pelo Governo do
72 Estado/SECID/SES/UFMT, sobre a obra do novo HUJM, devendo ser publicado
73 nos próximos 20 dias, o edital para a contratação dos serviços, que será por
74 meio de RDC. Realizou reunião com a bancada federal de Mato Grosso e tratou
75 da expansão do ensino superior, por meio da consolidação da autonomia da
76 câmpus de Rondonópolis, implantação dos cursos de Medicina em
77 Rondonópolis e Sinop e conclusão do campus de Várzea Grande, cuja mudança
78 está prevista para julho de 2017, que também, apresenta uma demanda por
79 vagas de professores e servidores técnicos administrativos aprovadas pelo
80 Congresso Nacional e aguardando a liberação do MPOG. A Presidente
81 apresentou, também, uma projeção do orçamento para 2017, conforme a PLOA,
82 (R\$ 827.774.869,00), com uma variação global de 15%, estando incluídos
83 valores para implantação do câmpus de Várzea Grande e os cursos de Medicina
84 de Rondonópolis e Sinop, com redução no custeio de 4%, de 12% das despesas

Handwritten signature and initials



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

85 obrigatórias e uma redução de 49% do valor global do orçamento para despesas
86 de capital. No caso dos estudantes está previsto uma redução de 3% no recurso
87 destinado ao PNAES tendo solicitado à PROPLAN e PROAD um levantamento
88 e planejamento das despesas obrigatórias. Informou que há expectativas para
89 inclusão de emendas individuais, mas que o cenário é complexo e difícil.
90 Informou, também, que está sendo realizado o cadastro biométrico dos usuários
91 do Restaurante Universitário que ajudará a definir o perfil dos usuários e
92 monitorar o uso desse benefício. Concluindo, convidou a todos para a
93 apresentação do Coral em comemoração aos 46 anos da UFMT e parabenizou
94 a ADUFMAT pela conquista dos 28,86% e agradeceu aos servidores da SGP
95 pelo esforço para inclusão na folha de pagamento desses valores. Seguindo, o
96 conselheiro Roberto Boaventura da Silva Sá cumprimentou a Presidente e pró-
97 reitores pela nova gestão, desejando a todos sucessos e propôs que fosse
98 colocado em discussão algumas temáticas, entre elas o ENEM que no seu ponto
99 de vista é a causa da evasão. A Presidente disse que criou na estrutura da
100 PROPLAN, um setor para analisar dados relativos ao acesso estudantil, o qual
101 deverá apresentar um relatório do Sisu e ENEM, de forma a realizar um
102 diagnóstico para discussão e quais os caminhos a seguir. Continuando, a
103 conselheira Anna Carolina informou sobre o resultado das assembleias
104 realizadas pelo DCE, para decidir sobre a PEC 55, sendo aprovada nota contra
105 a PEC e na segunda assembleia, que contou com a participação de
106 aproximadamente 1500 alunos, deliberaram não a greve dos estudantes e apoio
107 as ocupações. Informou também, sobre a reunião do CEB que elegeu os
108 representantes discentes do CONSEPE e CONSUNI e sobre a realização da
109 feira da reinvenção, no período de 29 de fevereiro a 03 de março que conta com
110 20 trabalhos inscritos e solicitou ajuda para a participação dos estudantes nessa
111 bienal. Em continuidade, o conselheiro Joberth Firmino Gombati manifestou
112 sobre a opressão sofrida pela conselheira Anna Carolina e leu nota do DCE,
113 repudiando caso de violência e ações sofridas pela referida aluna e solicitou uma
114 manifestação de combate a opressão dentro da universidade e leu nota de
115 repúdio contra as ações sofridas pela estudante. Após, a conselheira Anna
116 Carolina relatou a agressão sofrida por aluno do curso de Medicina Veterinária
117 ocorrida na assembleia do geral do DCE. A Presidente disse que repudia
118 qualquer forma de Violência e que toda denúncia é apurada na instituição.
119 Seguindo, a conselheira Léia de Oliveira solicitou inversão de pauta para
120 discussão da PEC 55, que em votação não foi aprovado. Continuando, a
121 conselheira Léia Oliveira apresentou seu relato de vistas ao Processo nº 16/15-
122 CONSUNI, que dispõe sobre recurso impetrado por Pedro Pinto de Oliveira,
123 contra Decisão nº 21/2014, exarada nos autos do Processo nº
124 23108.075638/2015-96, lendo seu relatório exarado em 06 laudas para que o
125 CONSUNI não se manifeste sobre o tema, por não ser de sua competência,
126 entendendo que o PAD se encerra no âmbito da gestão administrativa da UFMT

EJS
✓



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

127 e que o autor do recurso, ao se julgar injustiçado, procure as instâncias da justiça
128 para reivindicar seus direitos, que, nesse caso, considera justas. A Presidente
129 teceu considerações sobre o PAD, cujo processo garante a apuração e defesa
130 dos envolvidos e o relatório final é remetido para a Reitoria, que poderá
131 homologar o relatório ou se tiver dúvidas solicitar nova comissão para apuração
132 dos fatos e também entende que o CONSUNI não é instância para recursos de
133 PAD, esclarecendo ao conselheiro Emílio Carlos Azevedo que a impessoalidade
134 é o primeiro critério para constituição de uma comissão de processo
135 administrativo, existindo as instâncias para desenvolver o processo e apurar as
136 denúncias e disse que fará uma chamada pública para instalar a Ouvidoria na
137 UFMT. A Presidente esclareceu que não é mérito para a instituição a instalação
138 de PAD, ressaltando que nos últimos anos os processos ocorridos não são
139 motivados na UFMT e sim de órgãos externos. O conselheiro Frederico Terra
140 sugeriu a elaboração de uma cartilha sobre a dedicação exclusiva.
141 Prosseguindo, a Presidente colocou em votação o voto da conselheira Léia
142 Oliveira no sentido de não conhecer o recurso do requerente e reconhecer que
143 o CONSUNI não é competente para apreciar a matéria já submetida ao PAD.
144 Em votação, o voto recebeu 37 votos favoráveis, 01 (um) contrário e 07 (sete)
145 abstenções, consubstanciando a Decisão 13/16-CONSUNI. Prosseguindo, o
146 conselheiro Emílio Carlos de Azevedo relatou o processo 34/16-CONSUNI, que
147 dispõe sobre proposta de regimento interno da Faculdade de Educação Física,
148 sendo o voto favorável à aprovação da proposta. Após a leitura do relato, o
149 conselheiro Joberth Gambati solicitou vistas aos autos, o que foi concedido.
150 Seguindo, a conselheira Tereza Cristina C. S. Higa, relatou o processo nº 22/ 13-
151 CONSUNI, que dispõe sobre proposta de criação do Núcleo de Pesquisa e
152 Estudos Permanentes: Vulnerabilidade, Direito e Gênero, proposto pela
153 Faculdade de Direito/Cuiabá, contendo minuta de regimento, sendo uma
154 instância de caráter educativo, cultural e assistencial, destinada a congregar
155 pesquisadores dedicados à investigação acadêmica de vulnerabilidades sociais,
156 votando favorável à aprovação da proposta de criação do referido núcleo, que
157 em votação foi aprovado, por unanimidade, consubstanciando a Resolução
158 CONSUNI Nº 19/16. Em continuidade, a conselheira Joana Dárc C. Cardoso,
159 apresentou o relato da conselheira Áurea Correa, sobre o Processo nº 42/2016-
160 CONSUNI, de interesse de Eliane Aparecida Antunes Fagundes, referente a
161 reanálise de processo sobre incentivo à qualificação, sendo o voto pelo
162 indeferimento do pedido. Ato contínuo, a conselheira Léia Oliveira manifestou
163 sobre jurisprudências relativas à matéria e solicitou vistas aos autos. A
164 conselheira Antônia Marília teceu considerações sobre a interdisciplinaridade
165 das disciplinas dentro da área de recursos naturais e considerou que se forem
166 observadas as áreas da Capes, a matéria merece uma reavaliação e também
167 solicitou vistas ao processo. A conselheira Léia cedeu o seu pedido de vistas a
168 conselheira Antônia Marília. O conselheiro João Bosco Cajueiro ponderou sobre



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

169 as normas que regulam a matéria e considera a área da pós-graduação indireta
170 ao cargo (ambiente organizacional) da requerente, sugerindo o envio do
171 processo ao SIPEC, para análise. Seguindo a pauta, a conselheira Imar
172 Domingos solicitou a retirada da pauta do Processo nº 36/16-CONSUNI,
173 referente a recurso sobre renovação de auxílio moradia. Em seguida, a
174 conselheira Imar Domingos relatou o Processo nº 18/16-CONSUNI, de Priscila
175 Almeida dos Santos da Rocha, que solicita em grau de recurso, revisão da
176 decisão da Supervisão de Assistência Estudantil/CUS, que indeferiu o Auxílio
177 Evento para participação da Conferência FACTA 2016, sendo o voto pelo
178 indeferimento do recurso, considerando também que o evento já foi realizado e
179 sugeriu a flexibilização de datas em calendários e a definição de critérios para
180 análise de pedidos relativos a Bolsa Auxílio Evento. O conselheiro Joberth
181 Firmino Gombati ressaltou a necessidade de flexibilização de prazos para
182 solicitação do evento, considerando o período para aceite do trabalho e de
183 publicação ou não. A Presidente observou que a folha de pagamento para
184 concessão do auxílio é processada com 60 dias de antecedência, por isto o
185 prazo estabelecido em edital e salientou que não existe recurso do PNAES para
186 auxílio evento da pós-graduação. A conselheira Erivan G. Velasco informou que
187 a PRAE está revisando o edital para publicação, sendo identificado melhorias e
188 tenta desburocratizar o processo. Em votação, o voto foi aprovado com 38 votos
189 favoráveis, 03 contrários e 04 abstenções, conforme Decisão CONSUNI nº
190 11/16. Continuando, a conselheira Imar relatou o processo 19/16-CONSUNI, que
191 dispõe sobre recurso contra indeferimento do pedido de auxílio evento, da
192 requerente Ana Cláudia Ferreira de Andrade, cujo voto pelo indeferimento do
193 recurso, foi aprovado com 38 votos favoráveis, 03 contrários e 04 abstenções,
194 conforme Decisão nº 12/16-CONSUNI. Prosseguindo, passou-se a discussão da
195 PEC 55, incluído na pauta a pedido da conselheira Léia Oliveira, que teceu
196 amplas considerações sobre a PEC 55, salientando que a proposta não é um
197 ajuste fiscal, traz no seu bojo concepção de Estado mínimo, apresenta uma
198 política com a ausência máxima do Estado e nocivo as políticas públicas do país,
199 atingindo a educação e a saúde, destacando o corte ocorrido no orçamento da
200 UFMT no ano passado, apresentado pela Presidente deste Conselho no início
201 da reunião, ressaltando que após a PEC o corte será maior, considerou que a
202 mobilização é contra a proposta de emenda não é contra o governo, mas sim,
203 em defesa dos direitos do cidadão, destacando que, com a política de cotas, as
204 universidades públicas não são mais elitizadas e necessita de recursos para a
205 permanência dos alunos; enfatizou, ainda, que a próxima proposta do governo
206 será a reforma da educação, com mudança da lei para cobrança de
207 mensalidades nas universidades e conclamou aos conselhos superiores que se
208 manifestem contra essa proposta de ajuste fiscal (PEC 55), em defesa dos
209 direitos do cidadão, acrescentando também, a aprovação de moção de apoio à
210 greve, por tempo determinado, dos servidores técnicos administrativos, em

Está
J



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

211 defesa da universidade. Em seguida, a presidente Myrian Serra historiou sobre
212 a matéria, salientando que o ANDES e a ANDIFES já aprovaram manifestação
213 contra a PEC 55. A ANDIFES aprovou recentemente a Carta de Cuiabá, assim
214 como, 43 universidades públicas já se posicionaram contra a PEC e apresentou
215 o documento aprovado pelo CONSEPE. A conselheira Léia Oliveira sugeriu a
216 aprovação de um documento com base na manifestação da ANDIFES. Após
217 discussão, foi aprovado com 41 (quarenta e um) votos favoráveis e 01 (um)
218 contrário, o manifesto contrário a PEC 55, nos termos do documento aprovado
219 no CONSEPE. Seguindo, a Presidente colocou em votação à proposta de
220 aprovação de moção de apoio a greve dos servidores técnicos administrativos,
221 em favor da educação pública e contra a PEC, o que foi aprovada com 39 (trinta
222 e nove) votos favoráveis e 3 abstenções. Em continuidade, a conselheira Anna
223 Carolina Costa Marques solicitou apoio aos alunos que estão ocupando os
224 blocos, esclarecendo que conforme deliberação da assembleia do Diretório
225 Central dos Estudantes – DCE, a ocupação não foi aprovada, mas cada bloco
226 teria autonomia para deliberar sobre a matéria nos cursos. O conselheiro
227 Matheus Santos da Silva informou que a ocupação não é só contra a PEC,
228 também pelo direito ao acesso dos alunos à universidade pública. Prosseguindo,
229 a Presidente empossou a discente Talita Jeani Lopes, como conselheira
230 representante discente, com mandato de 01 ano. Em seguida, a conselheira
231 Talita manifestou que a ocupação nos blocos do IE, IL, FAC e ICHS é legítima,
232 estando com 21 dias de ocupação e solicitou reconhecimento e apoio ao
233 movimento e que o mesmo não seja criminalizado. A Presidente relatou os
234 encaminhamentos realizados a partir das primeiras ocupações, reunindo com os
235 centros acadêmicos e com os diretores dos Institutos e Faculdades envolvidos,
236 quando manifestou sua preocupação com relação a inviabilização das aulas,
237 considerando a decisão dos professores e alunos contrários à ocupação, de
238 maneira que foi discutida a possibilidade de desenvolvimento das aulas nesses
239 locais e se colocou à disposição para mediar a situação, ressaltando que o
240 calendário acadêmico está em vigor e entende que não é caso de manifestação
241 do Conselho Universitário, porque diz respeito ao CONSEPE e também devido
242 a decisão das duas entidades contrário a greve, dessa forma, sugeriu que os
243 diretores das unidades que estão ocupadas abram negociação a respeito dos
244 movimentos nas suas unidades, sem inviabilizar o calendário acadêmico. A
245 conselheira Léia Oliveira disse que o SINTUF apoia o movimento e considerou
246 que, no próximo ano, as universidades serão os locais de resistência as políticas
247 do governo e salientou que os reitores estão tendo muito diálogo com os
248 estudantes participantes do movimento de ocupação, mas entende que os
249 estudantes tem que ter respeito ao contraditório, questionando como repor os
250 dias letivos parados, para o semestre não sofrer prejuízo, já que os estudantes
251 e os docentes não estão em greve, entendendo que não tem como o CONSUNI
252 manifestar sobre a ocupação, mas que seja oportunizado aos estudantes, com

Erica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

253 a mediação dos diretores, uma forma de repor as aulas sem prejuízo do
254 calendário. A conselheira Léia Oliveira observou, também, sobre a demanda da
255 conselheira Anna Carolina, de moção contra a criminalização, opressão e
256 violência, ponderando que no espaço da universidade não é permitido qualquer
257 tipo de opressão e entende que apenas o pedido sobre a ocupação deve ser
258 votado. A seguir, a conselheira Tereza Higa esclareceu que no IGHD a reposição
259 dos dias letivos já foi discutida com os alunos e professores, e que há formas de
260 repor estes dias. A conselheira Imar Domingos disse que, como gestora, tem
261 que pensar a estratégia para redefinir o calendário, mas observou sobre as
262 reivindicações internas protocolizadas pelos alunos, que precisam ser
263 analisadas. A Presidente manifestou que enquanto Reitora repudia qualquer tipo
264 de violência e acrescentou que, para ser apurado, o ato precisa ser denunciado,
265 afirmando que até agora desconhece registro sobre fatos apresentados pelos
266 alunos, ponderando que não pode colocar em votação matéria relativa ao
267 Consepe e que a matéria está sendo mediada pelos diretores estão negociando
268 para cumprimento do calendário. O conselheiro Rosevaldo concordou com a
269 Presidente, salientando que este conselho não tem competência para decidir
270 sobre matéria relacionadas ao calendário acadêmico. A conselheira Talita
271 propôs a aprovação de nota contra a criminalização das ocupações. A
272 conselheira Imar Domingos disse que os alunos possuem apoio institucional,
273 mas ponderou como o CONSUNI poderia aprovar um manifesto a favor da
274 ocupação, quando os alunos não aprovaram a greve. Após ampla discussão, a
275 Presidente colocou em votação a proposta apresentada pela conselheira Talita
276 de aprovar uma nota contra a criminalização que possa ocorrer contra o
277 movimento de ocupações. Em votação, a proposta foi rejeitada com 07 (sete)
278 votos favoráveis, 08 (oito) contrários e 12 (doze) abstenções, com a declaração
279 de voto do conselheiro Roberto Souza, nos seguintes termos: "sou solidário à
280 causa, mas voto pelo não, para não abrir precedentes a falta de voz ao
281 contraditório, pois outros movimentos legítimos não tem assento no CONSUNI."
282 O conselheiro Joberth Firmino Gombati observou que no estatuto da UFMT não
283 está previsto a garantia dos direitos a manifestação discente e gostaria que fosse
284 acrescentado. A Presidente Myrian Serra acolheu a sugestão e finalizou
285 convidando a todos para participarem das comemorações dos 46 anos da UFMT,
286 com apresentação do Coral da UFMT – Canta Beatles, e desejou aos
287 conselheiros um Natal de muita paz e luz e um ano novo com muita força e
288 serenidade. Nada mais havendo a ser dito e nem tratado, a Presidente encerrou
289 a sessão, sendo lavrada esta ata por mim, Elenir Motta Sanches Arruda,
290 Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores, que a escrevi e subscrevi, após
291 lida e aprovada pelo Plenário do Conselho Universitário.

Elenir Motta Sanches Arruda *Imar Domingos*